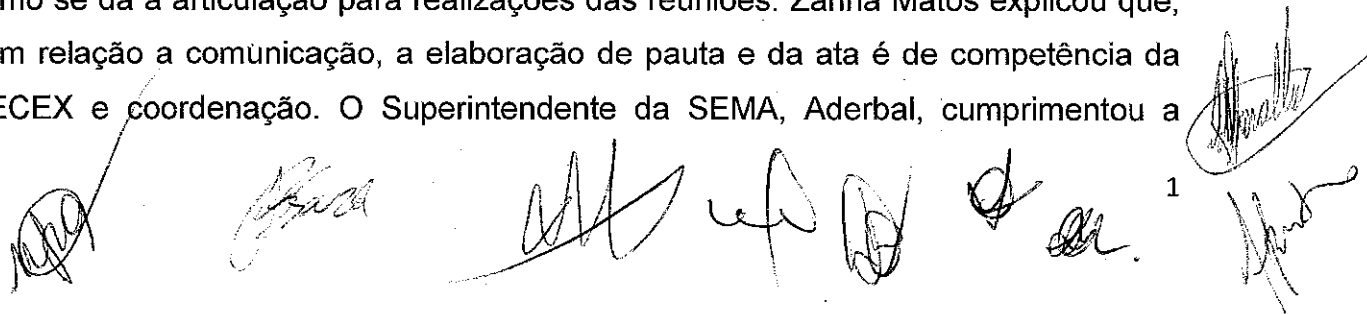


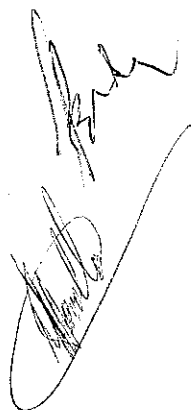
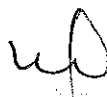
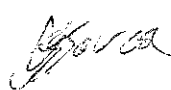
A. D. D. D.

1 ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINSTITUCINAL DE
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIEA.

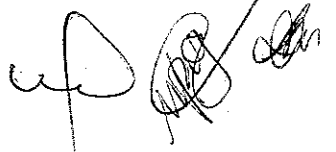
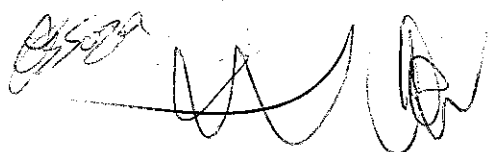
3 No dia seis de abril de dois mil e dezessete, às nove horas, ocorreu a
4 quinquagésima sétima reunião ordinária da Comissão Interinstitucional de Educação
5 Ambiental – CIEA, no auditório do Instituto Anísio Teixeira – IAT, com os membros
6 que representam essa Comissão abaixo relacionados. Ao iniciar a sessão, Zanna
7 Matos (SEMA) cumprimentou a todos e apresentou o vídeo sobre o projeto
8 semeando águas do Paraguai. Em seguida apresentou a pauta da reunião com os
9 itens: **1)** escolha do relator da reunião; **2)** informes; **3)** falar sobre o curso de
0 capacitação; **4)** apresentação sobre a minuta da Resolução do Conselho Estadual
1 de Educação que dispõe sobre a educação ambiental no sistema Estadual de
2 Ensino; **5)** minuta da Resolução de educação ambiental na regulação ambiental a
3 ser apreciada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM; **6)** debate.
4 Para o turno vespertino propôs a **7)** elaboração de um planejamento por segmento,
5 seguido de uma **8)** avaliação; **9)** encerramento. Walney Magno, representante do
6 segmento de movimentos sociais povos indígenas, sugeriu Bernadedth Simões
7 (UMBU) como relatora desta reunião e perguntou se haveria tempo suficiente para
8 os informes. Solange Rocha (CEMITEC) pediu esclarecimento quanto à questão de
9 indicação do relator. Foi esclarecido que se tratava de um registro dos
0 encaminhamentos sugeridos para efeito de sistematização. Fábio Barbosa (SEC)
1 falou sobre as limitações do sistema operacional, em função da transição dessa
2 Comissão. Bernadedth Simões se colocou a disposição para relatoria, ressaltando a
3 necessidade de atuação da Secretaria Executiva para dar apoio às reuniões, sejam
4 através da Secretaria da Educação ou da Secretaria do Meio Ambiente,
5 considerando que a Secretaria Executiva da SEMA ficou restrita a providencias
6 referentes ao deslocamento dos membros representantes da sociedade civil. Com a
7 transição da Comissão da SEMA para SEC a atribuição de secretariar as reuniões
8 ficou sob responsabilidade da coordenação da ABENFAC. Zanna esclareceu que a
9 SEMA sempre assumiu a Secretaria Executiva da CIEA desde o início de sua
0 criação, porém recentemente foi acordado que as atribuições dessa Secretaria
1 Executiva seria compartilhada entre SEMA e a SEC. Lilite Cintra (Gambá) perguntou
2 como se dá a articulação para realizações das reuniões. Zanna Matos explicou que,
3 com relação a comunicação, a elaboração de pauta e da ata é de competência da
4 SECEX e coordenação. O Superintendente da SEMA, Aderbal, cumprimentou a

 1

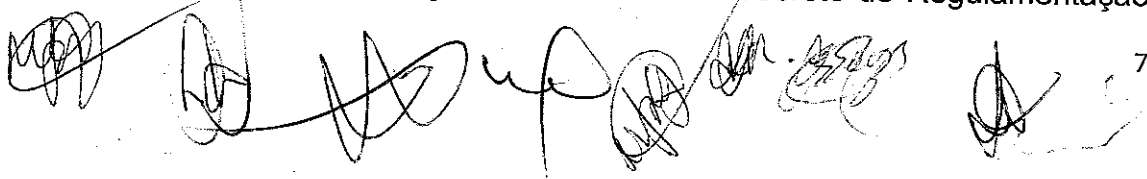
9 Cerrado/Rios Corrente e Grande, falou da possibilidade de representar os Territórios
0 nesse evento. Fábio Barbosa informou que se encontram abertas as adesões aos
1 projetos estruturantes Juventude em Ação construindo a Agenda 21 nas Escolas
2 voltada as unidades escolares da rede estadual, na perspectiva de um trabalho para
3 o fortalecimento da educação ambiental nessas unidades, bem como o projeto
4 Saúde na Escola na perspectiva de aproximação entre a educação ambiental e a
5 saúde, para discutir as questões inerentes àquele território. Convidou a todos para
6 participar da comemoração ao Dia Mundial da Saúde (7 de abril) no IAT, em parceria
7 com a SESAB, IBGE, UFRB, uma ação que visa promover uma formação integrada
8 e será lançada a 4ª edição do concurso vidas educativo e saúde na escola, um dos
9 subtemas a ser trabalhado será a questão da saúde ambiental e desenvolvimento
0 sustentável. Valdir Coutinho, representante das Escolas no município Mata de São
1 João, registrou que o tema transversal nas escolas, esse ano, era Horta Escolar e
2 que vem desenvolvendo o Projeto COMVIDA. Bernadedth Simões perguntou sobre
3 o andamento do Projeto COMVIDA e Fabio Barbosa explicou que o movimento de
4 intervenção com os municípios foi iniciado a partir de manifestações de todos
5 representantes de territórios que façam repercutir em cada localidade, além do
6 contato com representantes da UNDIME, a própria Resolução nº 11 que dispõe
7 sobre a educação ambiental no sistema educacional aprovada pelo Conselho
8 Estadual de Educação - CEE que registra a essência do COMVIDA e deverá ser um
9 documento orientador para os municípios. Solicitou que todos ficassem atentos ao
0 processo de convocações das Conferencias; lembrou que durante a posse dessa
1 gestão da CIEA foi apresentado o Selo COMVIDA que, após o processo de
2 construção, está em processo de tramitação para publicação da Comissão e que a
3 previsão é que os instrumentos possam ser socializados para contribuições e
4 avaliação in loco ainda esse mês. Citou que foi feita parceria com a Secretaria de
5 Desenvolvimento Rural (SDR) para viabilização das questões do projeto Horta
6 Escolar. Bernadedth Simões sugeriu priorizar o reuso de água nesse projeto. Na
7 seqüência houve inversão de pauta e palavra foi dada ao Professor Avelar,
8 conselheiro Estadual de Educação que cumprimentou a todos, destacou a
9 colaboração da CIEA na elaboração da Resolução CEE nº 11 e, em seguida, passou
0 a palavra a presidente do Conselho Estadual de Educação que por sua vez, relatou
1 que o Conselho precisa intensificar ações de aproximação com a sociedade no
2 processo de discussões e audiências pública devendo, assim, ser provocado por



7 o que foi construído e traçar novas estratégicas. Explicou que o módulo I: apresenta
8 os aspectos gerais abordando participação social, aspectos históricos, concepções e
9 a Política Nacional de Educação Ambiental. Tem como objetivo específico a questão
0 de contextualizar historicamente a educação ambiental. Disse que o Estado Bahia é
1 considerado um dos mais organizados em termos de legislação. O módulo II: fala
2 das características da CIEA, natureza e papel, a estrutura de funcionamento. O
3 objetivo é compreender dentro da perspectiva histórica a inter-relação educação
4 ambiental e participação social, a representatividade, articulação e estratégias de
5 cada segmento, para que a Comissão se mantenha efetiva. O módulo III: gestão e
6 metodologia participativa a questão do planejamento, da construção metodológica,
7 tipo de indicadores, avaliação e monitoramento, a gestão pública compartilhada e
8 quais serão as estratégias para fortalecer; Destacou a questão das estratégias de
9 articulação a partir de atividades coletivas como proposta de conclusão do curso.
0 Módulo IV: as interfaces de educação ambiental e a incidência política da CIEA. Tem
1 como objetivos específicos apresentar algumas interfaces da educação, a exemplo
2 de experiências, subsídios para as discussões, para que tudo isso tenha efetividade
3 nas escolas; apresentar as interações de educação ambiental nas políticas públicas
4 para gestão participativa; por fim, há a proposta de um momento presencial. Zanna
5 Matos lamentou que menos da metade dos 42 (quarenta e dois) membros estejam
6 participando; O Sr. Valdir Coutinho fez referência ao curso registrando as
7 dificuldades enfrentadas para acessar a plataforma. Zanna Matos convidou Amélia
8 Cerqueira (SEMA), que acompanhou a elaboração da minuta de Resolução que
9 propõe a qualificação da educação ambiental na regulação ambiental, para falar
0 sobre o histórico dessa construção e o que vai ser apreciado pelo CEPRAM. Amélia
1 explicou que, em 2012, foi criado um grupo de trabalho dentro da Câmara Técnica
2 de Licenciamento para trabalhar questões mais específicas. Em 2013 defendeu a
3 sua tese com o tema: avaliação das condicionantes ambiental como subsidio para
4 procedimentos de regulação ambiental; foram 12 (doze) anos de levantamento do
5 que era solicitado nas portarias como condicionante de educação ambiental.
6 Destacou que foi feita uma roda de diálogo com muitos técnicos da fiscalização e do
7 licenciamento do INEMA com o professor Marco Malagodi da Faculdade do Rio de
8 Janeiro que trabalha muito com conflitos ambientais. Em 2014 foi pensado como
9 tratar e aprofundar esse assunto. A idéia era transformar o produto em algo prático,
0 então foi proposto um instrumento que regulamentasse e orientasse melhor essas



5 documento nasceu dentro da CIEA que trabalhou nele durante 2015, mesmo ano
6 que a proposta foi enviada a todos os membros da CIEA por email. Explicou que em
7 2016 houve pouca atividade da CIEA devido ao processo de eleição dos membros e
8 que estava sendo apresenta a nova versão a todos justamente para que contribuam
9 antes de enviarem o documento ao CEPRAM. Miller, representante da Secretaria do
0 Município de Cocos, parabenizou os trabalhos e disse compreender a dificuldade de
1 se finalizar um documento assim que trata de assunto muito técnico. Reforçou que,
2 para o município, isso será muito importante, considerando que boa parte dos
3 municípios do Estado da Bahia está com Termo de Ajuste de Conduta - TAC junto
4 ao Ministério Público, inclusive para inclusão da educação ambiental no processo de
5 licenciamento ambiental. Demonstrou preocupação quanto à estrutura municipal
6 com relação a essa questão, tanto no licenciamento quanto na fiscalização,
7 reforçando a importância para que haja processos formativos coordenados pelo
8 Governo do Estado quanto a esse assunto. Lilite Cintra questionou quais as razões
9 para a não inclusão de previsão de obrigatoriedade de condicionantes de educação
0 ambiental para atividades e empreendimentos enquadrados nas classes I e II,
1 lembrando que esse tipo de atividade/empreendimento são os mais comuns de
2 serem licenciados pelos municípios. Também reforçou a necessidade de se deixar
3 claro quem é o público alvo e que os funcionários estejam incluídos. Após as
4 considerações feitas pela plenária, Amélia argumentou que a proposta inicial era que
5 o documento fosse uma Instrução Normativa, mas sua aplicação se daria no nível de
6 Estado. O parecer da assessoria opinou por uma Resolução CEPRAM para dar mais
7 abrangência à normatização, que não impede que ela seja aperfeiçoada e revisada
8 no futuro à partir da avaliação de sua aplicabilidade e efetividade, Lilite Cintra
9 informou que a próxima reunião do CEPRAM será dia 12 de maio de 2017 e sugeriu
0 que um representante da CIEA pudesse acompanhar a reunião da Câmara Técnica
1 que analisará o documento. Zanna informou que, devido a renovação recente do
2 CEPRAM as Câmaras Técnicas ainda não foram formadas e não há data definida
3 para reunião das mesmas. Após o debate foi encaminhado que haverá mais um
4 tempo para que os novos membros da CIEA possam se apropriar do conteúdo e
5 contribuir com a construção da minuta de resolução e será realizada reunião
6 específica para finalizar a proposta. Também foi acordado que nessa mesma
7 ocasião será elaborado documento dirigido ao CEPRAM solicitando celeridade na
8 apreciação da matéria. Com relação ao Processo do Decreto de Regulamentação



7

- 3 Duwillimai Embirassu de Arruda – SEC *Duwillimai Embirassu*
- 4 Graziane de Jesus Santos – SEDUR
- 5 Liana Mendes Ramos _ SJDHDS *Liana Mendes Ramos*
- 6 Maria Ivone Santana Souza – SETRE
- 7 Bernadedth Rocha Simões – UMBU
- 8 Jorge Luiz Faria Silva – ABENFAC *Jorge Luiz Faria Silva*
- 9 Matilde Pereira Gonçalves – AMAM - *Matilde Pereira Gonçalves*
- 0 Joás Brandão Souza – GAP *Joás Brandão Souza*
- 1 Waldir Coutinho Lima – Território Metropolitano de Salvador
- 2 Walney Magno de Souza – Comunidades e Povos Tradicionais - Povos Indígenas *Walney Magno de Souza*
- 3 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – Comunidades e Povos Tradicionais/Quilombola *Manoel Ailton R. de Carvalho*
- 5 Vanilton de Jesus Santos – Território Bioma Cerrado/Rio Corrente e Grande
- 6 Jaqueline Errico – FETA (PROB) - *Jaqueline Errico*
- 7 Moacir Santos Tinoco - UCSAL
- 8 Rafaela Santana da Silva – FETAG
- 9 Solange Alcantara Neves da Rocha – CEMITEC *Solange Alcantara Neves da Rocha*
- 0 Ana Cláudia Oliveira de Jesus Magalhães - Colégio Estadual Vila de Abrantes *Ana Cláudia Oliveira de Jesus Magalhães*